

Editorial

Este número 5 da Revista *Instrumento Crítico* contém os Anais do *SELL em perspectiva 2019*: licenciaturas em foco. O evento foi organizado pelos professores Patrícia Goulart Tondineli, Rômulo Giácome de Oliveira Fernandes e Walmira Sodré Austrício Moraes, do Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários – DELL – da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/ *campus* de Vilhena.

Com duração de dois dias, 13 e 14 de novembro de 2019, o evento visou à partilha de experiências, acreditando que, pelo debate de ideias, de orientações epistemológicas, teóricas e metodológicas, seja possível atingir a excelência acadêmica. O tema Licenciaturas, por sua vez, corresponde a um fragmento polêmico na área das graduações. Como bem sabemos, a questão da formação de professores se torna um problema social, na medida de sua relevância e por conta do trato incerto que tem merecido mediante políticas descontinuadas e pela pouca discussão social relativa a seu valor social concreto na contemporaneidade, bem como sobre os fundamentos dessa formação e das práticas a ela associadas.

As dinâmicas sociais atuais apresentam sinalizações de rupturas nos modos como elas se apresentaram nos últimos três séculos. Em

Professores do Brasil: novos cenários de formação, expõem os autores: “A situação social que vivenciamos contemporaneamente não pode ser deixada de lado quando se pensa educação das novas gerações: seus movimentos, diferenciações, conflitos, realizações, contradições, renovações/ inovações.” (GETTI et al., 2019, p. 16). Hoje, a educação tornou-se alvo de disputas e de políticas públicas dirigidas ao seu equacionamento (muitas reformas nos sistemas educacionais se processaram), ao seu financiamento (nem sempre do modo mais adequado), e à formação de quadros para o magistério (nem sempre com o valor e o vigor merecidos).

A educação passa, então, a disputar os recursos públicos de modo mais intenso e a interessar grupos privados de origem diversa, especialmente no nível superior. Assim, a formação de professores “se mostra com muitas contradições, seja em termos de quantidade/qualidade, seja no binômio interesse público/interesses privados, política de Estado/mercado regulador, epistemologias conflitantes/formação dispersa, entre outras.” (GETTI et al., 2019, p. 76).

Desse modo, torna-se importante apresentar textos que retomam dados referentes à educação, com o fim de se refletir sobre o cenário atual, apontando possíveis caminhos para a superação de situações que merecem especial consideração.

Nesse diapasão, configuramos os textos em três eixos temáticos. O primeiro deles versa sobre a educação propriamente dita, abarcando

tanto a sua história no Brasil quanto visões de teóricos como Rousseau e Anísio Teixeira. Sobre o primeiro ponto, apresenta Adriano Ramos Gomes elementos da pesquisa sobre a história da educação no contexto do Brasil colônia e do Brasil independente, apresentando as seguintes premissas: o ensino público no Brasil se inscreve no contexto da Reforma Pombalina e as aulas régias tinham o propósito de substituir o ensino jesuítico dentro do quadro político português da época. em “Ensino público no Brasil: primórdios”, Adriano Ramos conclui seu trabalho apontando para “a permanência de antigos problemas relacionados ao ensino público, como o do financiamento da educação, da contratação de professores habilitados para as disciplinas a serem ministrada e, em síntese, do próprio alcance da instrução pública brasileira”.

Ainda na questão da educação dois artigos apresentam a filosofia de Rosseau. O primeiro deles, “Antropologia e educação em Rousseau: elemento para a docência”, tem como questão central a viabilidade de aplicação da percepção que Rousseau possuía sobre homem e sociedade na área educacional. Observa Marinei Gaston Silva que “a concepção educacional de Rousseau tem em mira formar uma espécie de homem da natureza, [...] mas que seja capaz de viver em sociedade”, o que certamente contribui para a reflexão docente.

O segundo artigo, “A didática de Rousseau para o ensino da propriedade”, de Marta Camilo da Silva Guarnieri e Ivanor Luiz Guarnieri, visa responder à questão: “como seria possível ensinar

valores sociais a partir de um modelo de ensino tirado da natureza?”, e concluem que Rousseau demonstra ser “viável ensinar naturalmente conceitos que não são naturais, como os valores morais e o direito de propriedade”, ponto, entretanto, que “depende do método e do traquejo didático do professor”.

Já em “Anísio Teixeira em contexto”, Mirian Rios Santos de Souza traz uma análise da produção bibliográfica de Anísio Teixeira no contexto da história das ideias pedagógicas no Brasil, objetivando “esclarecer elementos da organização educacional brasileira que tiveram alguma contribuição desse autor”. Pelos seus resultados, afirma que “Anísio Teixeira foi um educador prolífero” e que as ideias pedagógicas desse autor são atuais, “em relação a sua defesa de uma escola pública, gratuita e igual para todos”.

O segundo eixo temático traz à tona questões que envolvem os povos originários e populações minorizadas. Sobre estas, dois artigos tratam de pontos referentes à comunidade Surda do Brasil. O primeiro deles, “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: direito dos surdos brasileiros”, de autoria de Josimari dos Santos da Conceição, com coautoria de Elayne Barbosa da Silva, resulta de “pesquisa de abordagem qualitativa”, cujos dados correspondem a “produções desenvolvidas no período 2002 a 2018 que abordassem a Língua de Sinais – Libras – na educação de surdos”. Por meio do levantamento feito, concluíram as autoras que “a Língua de Sinais Brasileira – Libras – como direito linguístico tem grande importância e influência na

educação dos surdos, e que o bilinguismo consiste na abordagem mais indicada para seu desenvolvimento educacional”.

Invertendo os papéis, a autora Elayne Barbosa da Silva e a coautora Josimari dos Santos da Conceição apresentam, em “Conhecimento linguístico da LIBRAS e do sistema de escrita de sinais: uma análise com acadêmicos surdos e deficientes auditivos da UNIR/*campus* de Vilhena”, trabalho cujo objetivo é “elencar os conhecimentos linguísticos dos acadêmicos surdos em relação a sua língua materna, a Libras”. A partir de entrevistas semiestruturadas, concluem que os acadêmicos surdos e os deficientes auditivos matriculados na UNIR, *campus* de Vilhena, consideram-se “sujeitos capazes de protagonizar sua história”; entretanto, apenas dois deles “têm conhecimento sobre a linguística da sua língua materna”. As autoras terminam o artigo expondo a situação-problema resultante das respostas da comunidade acadêmica surda: “As ações de acessibilidade no ensino superior não deveriam ser de alfabetização, e sim de acessibilidade e de ampliação do vocabulário linguístico para as duas línguas”.

Ainda neste segundo eixo temático, três artigos trazem discussões sobre os povos originários. O primeiro deles, “Cultura e educação em uma aldeia indígena: relato de observação”, de Aíles da Silva Biudes, Denyse Gomes Ferreira de Lacerda e Laudicéia Alves de Oliveira, “apresenta o relato de observação etnográfica educacional realizada na Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio,

localizada na aldeia indígena Sabanê”. A pesquisa, realizada com a finalidade de conhecer “como a educação é desenvolvida na aldeia e como funcionam o currículo e o calendário escolar”, permitiu a observação de vários pontos, “desde as condições de acesso e estrutura física para as aulas até elementos de ordem didático-pedagógica”.

Já Bianca de Sousa e Janaína Carvalho de Lima Silva, ambas as publicações com coautoria de Patrícia Goulart Tondineli, trazem estudos sobre aspectos fonético-fonológicos da língua Aikanã.

Em “O comportamento das vogais na língua indígena Aikanã”, Janaína Carvalho de Lima Silva expõe o quadro vocálico dessa língua originária de Vasconcelos (2002), Ribeiro e Cândido (2006), Silva (2012) e Birchall (apud STORTO, 2019), finalizando com quadro comparativo dos sistemas vocálicos apresentados. Os resultados, que não são conclusivos, pois dependem de maiores estudos, mostram controvérsias importantes, como a apropriação, ou não, “da vogal central alta não arredonda /i/, som que quase sempre está presente nos sistemas fonológicos das línguas brasileiras” na língua Aikanã.

Já Bianca de Souza, em “Sistema consonantal Aikanã”, apresenta o quadro consonantal da língua Aikanã mostrado por Vasconcelos (2002), por Silva (2012) e por Birchall (apud STORTO, 2019), com o fim de comparar os sistemas até então descritos. O que se demonstra é a existência de “contradições advindas dos estudos dos autores aqui elencados, tanto quando se pensa, de forma geral, no

sistema sonoro consonantal da língua Aikanã, [...] quanto aos critérios de classificação propostos por Cavaliere (2005)”.

O último dos três eixos temáticos que compõem o presente número da revista *Instrumento Crítico* versa sobre aspectos da Literatura. Em “Teatro e literatura: contribuições do processo interpretativo na desconstrução do preconceito”, Francieli Amanda Conci, Larissa Kailane Coitinho de Almeida e Ueslaine Peres Ferreira discutem “a leitura e a interpretação no processo de desconstrução de paradigmas preconceituosos e na modificação da visão de mundo dos alunos”, a partir de reflexões sobre “discussões construídas em sala de aula” e “dinâmicas teatrais”. Com a aplicação das metodologias propostas, verificam as autoras “que a leitura tem feito a diferença, que o processo de interpretação tem melhorado e que o aluno começa a desconstruir seus preconceitos”.

Já Jeovani Lemes de Oliveira traz Monteiro Lobato para retomar questões como as queimadas e o extrativismo. Em “Monteiro Lobato: um ficcionista dos primórdios do Modernismo, atuante no combate às queimadas, ao extrativismo e à aristocracia rural”, retoma alguns contos de Lobato e afirma a “transcendência do texto de Lobato”, cujo embate contra a prática de queimadas, contra o extrativismo e contra o “bucolismo retrógrado” é confirmado. Conclui o autor que a obra de Monteiro Lobato, quanto à “prática de queimadas e [a]o extrativismo” é ainda atual, e “encontra analogia e ressonância no Brasil” da

atualidade, “tanto em virtude de aspectos arraigados na cultura brasileira quanto em função de decisões e ações governamentais”.

“As percepções do luto no conto ‘O perfume’, de Mia Couto”, escrito por Fancliene de Sousa Batista, Edimilson de Sousa Macedo e Ronilson de Sousa Lopes, enfatiza o luto, as perdas e as frustrações de Glória, personagem do conto “O perfume”. Pensando a narrativa quanto à “realidade atual de muitas mulheres, a partir de uma perspectiva social de Antônio Candido, bem como numa perspectiva histórica”, concluem: “A mulher não possui uma representação absoluta, pois, ainda como nos tempos antigos, são bancadas pela figura masculina, ou seja, obedecem aos pais, figura masculina. Casam-se achando que serão independentes, no entanto, a figura de representação só muda de lugar, agora o esposo é o repercutor da voz feminina”.

Na linha dos estudos de Antônio Candido, o artigo “A literatura infantil e a função humanizadora de Antonio Candido”, de Ivanor Luiz Guarnieri, com coautoria de Marta Camilo da Silva Guarnieri, objetiva o estudo da “Literatura como processo de humanização”, norteando-se pela hipótese de a literatura infantil possuir “caráter humanizador, no sentido de formar para a compreensão de mundo, no sentido heideggeriano de mundo como cultura”, hipótese que se comprova plausível. Concluem os autores que o estudo feito aponta “a relevância da Literatura Infantil para a formação humana”.

O último artigo deste número 5 da revista *Instrumento Crítico* é uma análise de *Diaruí*, romance do escritor e pesquisador amazônida

Antônio Cândido da Silva. Em “Meu amigo Pitt: a relação afetiva entre colonizador e colonizado em *Diaruí*, de Antônio Cândido da Silva”, Leonardo Júlio Ardaia, utiliza como base o pensamento pós-colonial para traçar a relação entre os personagens que compõem a narrativa, concluindo “que o contato entre as personagens é, durante todo o enredo do romance, um processo colonizador”.

Estes três eixos – Educação, povos originários e populações minorizadas e Literatura – retomam questões importantes ao pensarmos a formação de professores, permitindo a reflexão tão necessária em tempos de tanta desvalorização das Licenciaturas, principalmente do campo das letras. A vocês, leitores, desejo que este número 5 da revista *Instrumento Crítico* proporcione-lhe um exercício produtivo de pensar o cenário educacional brasileiro. A todos, desejo uma excelente leitura.

Patrícia Goulart Tondineli
Editora-Chefe